

Consultoria Previdenciária está de volta; acesse e confira

Diante do volume de consultas realizadas na primeira etapa do projeto, a ANFIP traz de volta a Consultoria Previdenciária, programa exclusivo para os associados que necessitam de orientação jurídica para assuntos relativos a aposentadorias e pensões.

Além de organizar a transição da atividade laboral, é possível acompanhar e revisar o benefício da previdência complementar, o valor da pensão e outros serviços. O atendimento virtual ou presencial é feito pela equipe do advogado Diego Cherulli.

A consultoria também pode ser utilizada por pensionistas, assim como pelos associados que se aposentaram nos últimos

cinco anos e querem pedir a revisão do benefício. O formulário digital para solicitação do atendimento pode ser acessado [aqui](#).

Ao preencher o documento, os associados devem fazer um breve relato do caso, descrever o tipo da consulta, se presencial ou virtual; o motivo da consulta, se planejamento, revisão de aposentadoria, cálculo de benefício especial, revisão de benefício, auxílio para agilizar o pagamento de exercícios anteriores ou outro. Com o recebimento da demanda, o escritório de advocacia entrará em contato com o interessado para agendar uma reunião e solicitar os documentos necessários.

Entidades tratam da PEC Social com presidente da Câmara dos Deputados

A ANFIP e o Instituto Mosap, junto às demais entidades que integram o Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, estiveram, dia 20 de março, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL). A reunião foi intermediada pelo deputado Cleber Verde (MDB/MA), autor da PEC Social (PEC 6/2024).

O objetivo foi solicitar ao deputado Lira a aprovação do Requerimento 624/2024, que propõe o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, pois ambas tratam do mesmo tema, que é a extinção da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas. Entretanto, a PEC 555/06 já passou pela apreciação de diversas comissões da Casa legislativa e está pronta para votação, o que daria mais celeridade à tramitação da PEC 6, indo direto para análise em Plenário.

Durante a reunião, foi apresentado, ainda, ao presidente da Câmara, o estudo elaborado pelo consultor Luiz Alberto dos Santos que mostra o impacto do fim da cobrança no orçamento público.

O vice-presidente Executivo da ANFIP, Gilberto Pereira, presente na reunião, sugeriu que as entidades que representam o fisco federal se unam para preparar um levantamento dos números das renúncias fiscais no país, que assolam as contas públicas e, principalmente, a Previdência Social. Gilberto Pereira ressaltou que, conforme os dados do livro Análise da Seguridade Social em 2022, as renúncias dos tributos federais chegam ao valor de R\$ 461 bilhões, incluindo a contribuição social para a Previdência, Cofins, CSLL e a contribuição para o PIS-PASEP.



Lira reconheceu o pleito das entidades como algo factível, mas disse que é preciso alcançar as esferas governamentais e levar os números do estudo para explicar o impacto nas contas públicas. O parlamentar também elogiou o esforço e a dedicação do deputado Cleber Verde e das entidades do Mosap na defesa dos direitos dos servidores públicos aposentados.

Participaram da reunião, pela ANFIP, os vice-presidentes Gilberto Pereira (Executivo), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Antonio Carlos Silveira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação) e Wanderson Dias Ferreira (Assuntos da Seguridade Social); e a assessora especial da Presidência, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme.

ANFIP discute domicílio tributário no Senado
PÁGINA 3

Fundação ANFIP empossa novo Conselho Curador
PÁGINA 5

Conheça os ganhadores do sorteio da live do mês da mulher
PÁGINA 6

ANFIP e Mosap reúnem-se com deputado Cleber Verde (MDB/MA), autor da PEC Social



Em reunião que aconteceu no Mosap, dia 19 de março, a ANFIP e as demais entidades classistas agradeceram o apoio que o deputado Cleber Verde (MDB/MA) tem dado no sentido de acabar, gradativamente, com a contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas.

A ANFIP esteve representada pelo presidente Miguel Nôvo, que participou virtualmente, pelos vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Antonio Carlos Silveira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), e pela assessora especial da Presidência, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme.

O presidente do Mosap, Edison Haubert, ressaltou que a PEC Social é uma grande conquista dos aposentados e pensionistas e agradeceu o empenho dos dirigentes pela coleta das 175 assinaturas de parlamentares para apresentação oficial da proposta.

Cleber Verde, na ocasião, fez uma exposição sobre a PEC Social e apontou as novas estratégias para abordagem dos líderes partidários na Câmara dos Deputados. “Obtivemos o grande avanço que foi protocolar a PEC Social, que recebeu o número 6/2024. A próxima etapa do trabalho parlamentar é focar na apensação da mesma à PEC 555/2006, que se encontra pronta para votação no plenário da Câmara desde 2010”.

O parlamentar aproveitou para agradecer às entidades e ao Mosap pela exitosa parceria. “Essa não é uma proposta só do Mosap ou da ANFIP, por exemplo, não é apenas minha, é uma proposta que congrega todos os movimentos. Estamos há muito tempo aguardando uma ação concreta do Legislativo e do próprio governo, principalmente à essa causa, que é muito legítima”, destacou o congressista.

Além do trabalho do Congresso Nacional, as entidades acordaram que também vão intensificar o contato com os parlamentares nos estados, a fim de garantir que a PEC Social seja aprovada e implementada o mais rápido possível.

Seminário aborda regulamentação da reforma tributária

Os vice-presidentes Gilberto Pereira (Executivo) e Wanderson Dias Ferreira (Assuntos da Seguridade Social) representaram a ANFIP no seminário “Regulamentação Tributária pelos Contribuintes”, dia 21 de março, na Câmara dos Deputados, oportunidade em que acompanharam exposições de diferentes setores econômicos em torno da regulamentação da reforma tributária.

Durante o evento, observou-se, por exemplo, movimentações no sentido de incluir diversos grupos de alimentos (*in natura*, processados ou ultraprocessados) na cesta básica nacional – que possui alíquota zero ou tributação mais benéfica – de forma ampla, o que, de acordo com Wanderson Ferreira, “certamente impactaria fortemente a arrecadação tributária”.

Outro exemplo das demandas expostas é a manutenção de mecanismos como o crédito presumido sobre os alimentos da cesta básica, inclusive com a possibilidade de a indústria se beneficiar através da restituição desse crédito, se não utilizado.



“A participação da ANFIP nesse debate é fundamental a fim de compreender o papel dos mais diversos atores sociais e suas demandas, e, de forma propositiva, contribuir para a regulamentação de uma reforma tributária justa, equilibrada e que garanta os recursos necessários à assistência da população e à gestão eficiente do Estado brasileiro”, defendeu o dirigente.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Audiência debate obrigatoriedade de domicílio tributário eletrônico para contribuintes



O vice-presidente Executivo da ANFIP, Gilberto Pereira, defendeu, dia 20 de março, em audiência no Senado, a importância de os contribuintes terem obrigatoriamente uma conta de e-mail, chamada de Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), a fim de trazer mais eficiência ao processo administrativo tributário. Gilberto Pereira foi um dos palestrantes na Comissão Temporária Interna para examinar os anteprojatos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas, entre eles, o Projeto de Lei (PL) 2483/22. O senador Izalci Lucas (PSDB/DF) presidiu a reunião.

“Estamos tendo dificuldades, pelo trabalho dos Auditores que estão na fiscalização, na notificação do sujeito passivo”, relatou o vice-presidente. O artigo 9º do PL fala que a

notificação será via postal e meio eletrônico, porém condiciona esse último à concordância do contribuinte. “Hoje estamos imersos no mundo tecnológico, em que o espaço eletrônico é o meio mais rápido para fazer comunicações. A sugestão de alteração é para sanar a dificuldade de notificar o sujeito passivo”, frisou.

A proposta é que o Legislativo acolha a sugestão da ANFIP de que a obrigatoriedade seja nas duas formas de comunicação, postal e eletrônica. “Assim que o contribuinte se inscreve, ele cria o CNPJ, fornece o seu endereço físico, e a Receita já pode lhe atribuir um endereço eletrônico”, justificou.

Para Gilberto Pereira, essa mudança vai trazer mais eficiência, não só para a Fazenda Pública. “Tudo isso vai facilitar para o contribuinte também. Não é algo só para a Fazenda. Ele vai ter uma resposta rápida em suas demandas”, destacou. Além disso, a alteração vai simplificar o cumprimento das obrigações fiscais e acessórias, e contribuir para o aumento da eficiência, da inclusão digital, da segurança jurídica e da modernização da legislação tributária. “Estamos numa era tecnológica, dando agilidade aos processos”, disse, sobre algumas medidas já estarem caminhando para isso, como o Código de Processo Civil, o Gov.br, as Secretarias de Fazenda Estadual, o Simples Nacional e normas do Ministério do Trabalho.

Acompanharam a audiência pública os vice-presidentes Antonio Carlos Silveira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), Wanderson Dias Ferreira (Assuntos da Seguridade Social) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), e a assessora especial da Presidência da ANFIP, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme.

Confira [aqui](#) a participação do vice-presidente da ANFIP.

ACD convoca para plenária da Campanha Nacional por Direitos Sociais

A participação da ANFIP está confirmada na 1ª plenária da Campanha Nacional por Direitos Sociais, promovida pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) em parceria com entidades de classe, centrais sindicais e sociedade civil. O evento acontece nos dias 23 e 24 de março, a partir das 9 horas, no Teatro dos Bancários (EQS 314/315 Sul), em Brasília.

A plenária contará com a presença de palestrantes especiais, como o deputado distrital Fábio Félix; o economista e professor Ladislau Dowbor; a Auditora Fiscal aposentada Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da ACD; o vice-presidente Executivo da ANFIP, Gilberto Pereira; entre outros. O formulário de inscrição pode ser acessado [aqui](#).

O objetivo é articular e fortalecer todas as lutas por direitos em 2024, diante das restrições impostas pelo “arcabouço fiscal” aos investimentos sociais. De acordo com a ACD, as desigualdades se agravam devido, também, à prioridade que é dada aos gastos com o sistema da dívida pública nacional.

Mais informações sobre a campanha estão reunidas na



plataforma auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais, um espaço de engajamento e informação para todos que lutam por justiça e igualdade. Acesse agora e seja parte dessa causa!

Audidores Fiscais analisam projeto que regulamenta trabalho de motoristas por aplicativo

Após período de negociação entre trabalhadores, empresas e governo, chegou ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar que disciplina a relação de trabalho intermediada por aplicativos de transporte de passageiros. O objetivo da proposição é estabelecer regras trabalhistas e previdenciárias que incluam os prestadores de serviço no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Para analisar o assunto, os Auditores Fiscais Alex Assis de Mendonça, Kerlly Huback Bragança e Bernardo de Campos Machado se debruçaram sobre o projeto de lei para demonstrar o que o texto traz de inovação jurídica, assim como propor sugestões de aprimoramento do desenho da cobertura securitária.

Em relação à tributação previdenciária, os Auditores destacam que a nova categoria profissional, chamada de “motorista de aplicativo de veículo de quatro rodas”, será caracterizada como de trabalhadores autônomos, ou seja, sem relação de emprego com a operadora da plataforma digital. Desta forma, ratifica-se que os motoristas são segurados obrigatórios, na categoria de contribuinte individual, todavia, com alíquota de 7,5% sobre o salário de contribuição, que deve corresponder a 25% do valor bruto auferido no mês. A operadora da plataforma digital, por outro lado, mesmo sem ser empregadora, será responsável pela contribuição previdenciária patronal, com alíquota de 20%, incidente sobre o salário de contribuição do trabalhador, sem se limitar ao teto do RGPS (atualmente em R\$ 7.786,02). É o recolhimento desses valores que garantirá aos motoristas de aplicativo o direito à aposentadoria e ao auxílio por incapacidade temporária, por exemplo.

Os Auditores Fiscais alertam, entretanto, que o projeto de lei cria uma duplicidade de base de cálculo da contribuição previdenciária do motorista, gerando dúvidas sobre qual modelo adotar. Isso porque o projeto de lei dispõe que a base de cálculo



será o salário de contribuição e deverá equivaler a 25% do valor bruto auferido (art. 10, caput e §1º), ou seja, não há limite de valor, salvo o teto máximo do RGPS; já o §2º do art. 21 da Lei 8.212/91, onde será inserida a alíquota de contribuição de 7,5%, estabelece que a base de cálculo é o limite mínimo mensal do salário de contribuição, de um salário mínimo nacional. Conforme análise dos Auditores, pelo projeto de lei, como haverá a contribuição previdenciária patronal, a base de cálculo da contribuição do segurado não poderia se limitar ao valor do salário mínimo nacional.

Outra crítica estabelecida pelos pesquisadores é de que a contribuição previdenciária devida pelas plataformas digitais de transporte deveria constituir receita para a Previdência Social, e não para a Seguridade Social como um todo, que se sujeita à Desvinculação das Receitas da União.

Já um ponto positivo identificado no projeto é que caberá à empresa operadora reter e recolher a contribuição previdenciária dos motoristas e enviar informações ao eSocial, o que tornará o recolhimento automatizado, garantindo proteção previdenciária ao trabalhador. “A falta de conhecimento do prestador de serviços autônomo quanto a operacionalizar a própria inscrição no RGPS, apurar a contribuição previdenciária, preencher o documento de arrecadação e observar o prazo de recolhimento sempre dificultou o trabalhador, que atua por conta própria,

a conquistar a qualidade de segurado do RGPS”, destacam. Para os Auditores, implementar a substituição tributária é um grande passo para ampliar o número de trabalhadores com proteção previdenciária, que hoje está em 23,6%, dos 704 mil motoristas em exercício, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do quarto trimestre de 2022.

Os Auditores Fiscais alertam ainda que o projeto de lei precisa estabelecer que as empresas operadoras informem, da maneira mais didática possível, aos trabalhadores cadastrados, quando auferirem no mês, a título de remuneração sujeita à contribuição previdenciária, valor inferior ao salário mínimo nacional, pois há consequências previstas no art. 19-E do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, caso não realizem os ajustes previstos no art. 29 da Emenda Constitucional nº 103/19, sob pena de, não o fazendo, não conseguirem a proteção previdenciária pretendida.

O projeto de lei complementar foi protocolado dia 5 de março na Câmara dos Deputados, como PLP 12/2024. O documento é resultado de acordo do grupo de trabalho tripartite, criado em maio de 2023, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com representantes dos trabalhadores, das empresas e do governo federal. O texto entrará em vigor após 90 dias de aprovado pelo Congresso Nacional. Confira [aqui](#) o PLP.

Autoridades são convidadas a participar do XVIII Encontro Nacional

As representantes da ANFIP oficializaram o convite ao secretário da RFB, Robinson Barreirinhas, para participar como palestrante do XVIII Encontro Nacional da Associação. A vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix, e a assessora especial da Presidência, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme, foram recebidas, dia 21 de março, em Brasília, pela secretária especial adjunta da Receita Federal do Brasil, Adriana Gomes Rêgo, acompanhada da chefe de gabinete, Mirian Takada.

Adriana Rêgo agradeceu a visita da ANFIP e disse que vai conversar com o secretário Barreirinhas para viabilizar a participação de representante da RFB neste importante evento da carreira.

Tereza Liduína e Maria Aparecida Fernandes também estiveram com o deputado Danilo Forte (União/CE), na Câmara dos Deputados, oportunidade em que entregaram oficialmente o convite para que prestigie o XVIII Encontro Nacional. O convite foi feito ainda aos demais parlamentares do estado do Ceará.

Inscrições - Já se inscreveu para o XVIII Encontro Nacional da ANFIP e quer organizar seus passeios? Conheça [aqui](#) os pacotes turísticos elaborados pela Fortline Viagens e Turismo especialmente para os participantes do Encontro Nacional, que acontece de 27 a 29 de maio, em Fortaleza (CE), no Hotel Gran Marquise.

Não perca a oportunidade de viver momentos inesquecíveis! Garanta [aqui](#) a sua vaga. Os interessados podem contatar a **Fortline** pelo **(85) 3248-8333**.



Empossados integrantes do Conselho Curador da Fundação ANFIP



Em reunião extraordinária realizada dia 18 de março, foram empossados os membros do Conselho Curador da Fundação ANFIP indicados pela Associação.

Tomaram posse os titulares Miguel Arcanjo Simas Nôvo, Crésio Pereira de Freitas, Maria Inês Borges Ávila, Wanderson Dias Ferreira e Adilson da Silva Bastos, e os suplentes Antônio Carlos Silveira e Tereza Liduína Santiago Félix.

Em seguida, por aprovação unânime, foram eleitos Miguel Arcanjo Simas Nôvo e Maria Inês Borges Ávila, respectivamente, como presidente e secretária do referido Conselho.

Os novos membros se unem aos titulares Wilson Antonio Romero e Ivacir Júlio de Souza, bem como aos suplentes Marcílio Henrique Ferreira e Marcone de Oliveira Holanda, que assumiram anteriormente, em conformidade com o Estatuto da Fundação.

Lançado, em São Paulo, Prêmio Nacional de Educação Fiscal

A coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke, participou, em nome do presidente Miguel Nôvo, do lançamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal promovido pela Febrafite (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais), dia 15 de março, em São Paulo.

Ao unir educação e justiça social, o prêmio incentiva o desenvolvimento

de estudos para dar à sociedade informações mais precisas sobre a destinação dos impostos pagos.

Para anunciar o lançamento, o evento contou com a presença do presidente da Febrafite, Rodrigo Spada, e da presidente da Escola Nacional de Educação Pública (Enap), Betânia Lemos. Conheça [aqui](#) as etapas do prêmio.



Live do Mês da Mulher reúne associados em momento de descontração

A celebração do Mês da Mulher abriu a temporada de lives comemorativas da TV ANFIP. No dia 20 de março, associados participaram, virtualmente, de um momento de descontração, ouviram dicas de saúde e concorreram ao sorteio de brindes. Reveja [aqui](#) a transmissão.

Os Talentos da Família ANFIP também voltaram ao palco virtual, unindo música e poesia. Paulo Emílio Catão, Fabiola Barreto, Rosana Guarnieri, José Avelino da Silva Neto e o Coral Cantando Oitavas trouxeram a essência do dom da arte para a tela do nosso canal. A Associação agradece a colaboração de todos. Os associados que quiserem participar dos Talentos da Família ANFIP podem entrar em contato pelo comunicacao@anfip.org.br.

A transmissão reservou espaço para dicas de saúde, especialmente sobre a importância da prática de atividade física, com a médica endocrinologista Eponina Régia e com Maria Alin Cordeiro Benigno que, aos 99 anos, mostrou como mantém a saúde física e mental se exercitando. Também aconteceram os sorteios de brindes para os inscritos que

prestigiaram ao vivo a comemoração.

Confira abaixo os associados ganhadores:

- 104 – Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (RN) – Airfryer
- 73 – Anderson Lacerda Martins (MG) – Airfryer
- 87 – Dirce Maria Sebastiano (SP) – Smartphone
- 106 – Isabel Nascimento Elias Pereira (MS) – L'occitane
- 86 – Maria Francineide Landim Rodrigues (PE) – Tablet
- 27 – Maria Carmen Moraes Lomar (RJ) – Tablet
- 46 – Maria Neuma Faria Bastos (MA) – L'occitane
- 114 – Teresinha de Jesus Tomaz da Silva Mendes (PI) – Smart TV 43
- 155 – Marley Santin Garcia (PR) – Livro
- 91 – Diva Vieira Bicalho (ES) – Livro
- 56 – Myrtes Daura Konzen Furlan (SC) – Livro
- 47 – Marcia Raquel Tschumi (SC) – Livro
- 35 – Gladis Erica Richter (SC) – Livro
- 148 – Adriana Moreira Tavares (CE) – Livro
- 77 – Delia Maria da Costa Alberton (SP) – Smartphone

ESTADUAIS

ANFIP-SC divulga agenda de atividades em Florianópolis



A Estadual de Santa Catarina (ANFIP-SC) participou da posse do Auditor Fiscal Sérgio Savaris como delegado da Receita Federal em Florianópolis, em 27 de fevereiro. Na solenidade, marcaram presença autoridades federais e estaduais, como o superintendente da 9ª Região Fiscal (Paraná), Naurly Fragoso Tanaka.

Pela ANFIP-SC, participaram a presidente da Estadual, Romelândia Silvestre Pfutzenreuter, bem como Floriano José Martins, Luiz Carlos Aguiar da Silva e José Carlos Nogueira Ribeiro, que desejaram, ao novo delegado, sucesso na nova missão.



Já no dia 12 de março, ANFIP-SC esteve em reunião com a Geap de Santa Catarina, com o objetivo de apresentar as demandas de seus associados, principalmente, referentes às redes de atendimento no interior do estado, onde requer grande atenção.

Estiveram presentes o diretor jurídico, Marfizio Pacheco da Rosa, e o diretor de Aposentados e Pensionistas, Floriano José Martins.



Outro evento de grande importância foi a posse do superintendente da Região Sul, o servidor Alberto Alegre, do INSS, ocorrida em Florianópolis. Na ocasião, representou a ANFIP-SC o diretor de Aposentado e Pensionista, Floriano José Martins.

A cerimônia contou ainda com a participação do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi; do presidente do INSS, Alessandro Stefanutto; e do ex-ministro do Trabalho, Manoel Dias.

Com informações da ANFIP-SC.

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos
ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local -
atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300

